



ESTE É O MOMENTO

RELATÓRIO DE CONTAS
VITORIA SPORT CLUBE
2015 - 2016

Índice

Parte I – Relatório de Gestão

Órgãos Sociais

Relatório de Gestão

Futebol Formação

Modalidades Desportivas Não-Profissionais

Parte II – Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados por Naturezas

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Parte I - Relatório de Gestão

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente:	José Isidro Puga Lobo
Vice-Presidente:	Daniel André Sousa Rodrigues
Secretário:	António José Teixeira Sousa Pinto
Secretário:	António José Ferraz Moura

Direção

Presidente:	Júlio Martins Faria Mendes
Vice-Presidente:	Armando Manuel Gomes Marques
Vice-Presidente:	Francisco António M. C. A. Príncipe
Vice-Presidente:	Hugo Maciel Tavares de Freitas
Vice-Presidente:	Pedro Guimarães Coelho Lima

Conselho Fiscal

Presidente:	Eduardo António Salgado Leite
Vice-Presidente:	Cristina Maria Cepa Carvalho
Vogal de Contenciosos:	João Miguel Castro Oliveira
Vogal de Sindicância:	Paulo Cesar Pliteiro Silva
Secretário:	António Manuel Gonçalves Durães

Conselho de Jurisdição

Presidente:	Pedro Miguel V. Roque Figueiredo
Vice-Presidente:	António José F. Moreira Lima
Vogal:	Octávio Manuel Pereira dos Santos
Vogal:	Álvaro Alexandre C. Oliveira Silva
Vogal:	Ricardo Jorge Pinto Silva

Diretores

Diretor Relações Institucionais	João Vicente Salgado
Diretor de Marketing Digital	Sérgio Fernando Pereira Coutinho
Diretor Regional de Vendas	Pedro Filipe Monteiro dos Santos
Diretor Comercial e Marketing	José Luis Matos Andrade Faria
Diretor Futebol Formação	Jorge Manuel Silva Freitas
Diretor Operacional Modalidades Amadoras	Rui Manuel da Silva Vaz
Diretor Financeiro Modalidades Amadoras	José Ricardo Pliteiro Silva
Diretor Futebol Profissional	Cristóvão José Gomes Marques
Diretor de Relações Externas	Nuno H. Gomes Gonçalves Melo
Diretor Atletismo	José Carlos Fernandes de Freitas
Diretor Basquetebol	Pedro da Costa Guerreira
Diretor Kickboxing e Boxe	Manuel Alberto Freitas Costa
Diretor Polo Aquático	António Pedro Teixeira Magalhães
Diretor Judo	Mário Emídio Mendes Oliveira
Diretor Jiu-jitsu	Ulisses Leandro da Cunha Dias
Diretor Taekwondo	Hugo Alberto Pereira Serrão
Diretor Ténis Mesa	Bernardino de Freitas Alves
Diretor Voleibol	Joaquim Almeida Silva
Diretor de Associados e Freguesias	Alexandre Barros Cunha
Diretor Planeamento Financeiro e Estratégico	Ricardo Costa Pinto Prego Faria
Diretor Estádio	Luis Miguel Salgado Fernandes
Diretor OLA	Francisco Manuel Silva Canário Teles
Diretor Instalações	Luis Paulo Martins Costa Carvalho
Diretor Estádio	Eduardo Manuel Leite Ferreira

Conselho Vitoriano

António Leite Abreu Cardoso

Bruno Gabriel Pinto Faria

César Nuno da Costa Teixeira

Fernando Alberto Lemos Carneiro

Francisco José Oliveira

José António Fernandes Antunes

João da Silva Pereira

João Carlos Barbeado Garcia

José Carlos Alpoim Meneses

José Manuel Costa Ribeiro

José Manuel Torcato Ribeiro

José da Costa Martins

José Miguel Rodrigues A. Figueiredo

José António Pereira Vitorino

Orlando Renato Reis Coutinho

Pedro José F.G. Freitas

Raúl Roque Figueiredo

Ricardo J. Machado P. Silva Araújo

Rui Vítor Poeiras Lobo Costa

Relatório de Gestão

Fatos mais relevantes

No seguimento dos 2 exercícios anteriores, o exercício de 2015-2016 do VSC centrou-se exclusivamente, no relacionamento com os sócios, na gestão das modalidades, e na gestão da infraestrutura que, arrendada aos BVG serve de apoio á modalidade Natação e também á escola de natação do VSC.

Toda a atividade que tem a ver com o Futebol profissional e de formação, continuou na esfera da Sociedade comercial detida em 40% pelo VSC.

No que diz respeito a este relacionamento, revela-se como fato mais importante do exercício, o aumento de capital verificado na SAD, o qual foi acompanhado pelo clube, mantendo este, a posição de acionista de referência com a posse de 40% do total do capital social.

Para o efeito, foram consumidos 1.186.000€, passando o Clube a ter uma participação nominal de 1.800.000€ que correspondem a 40% do capital social.

Também no que diz respeito ao relacionamento com a SAD, é importante referir que, esta, voltou a diminuir a sua dívida para o clube, através da amortização de suprimentos, sempre tendo em conta as necessidades do VSC, no sentido do cumprimento das responsabilidades decorrentes do seu plano judicial.

Esta cooperação permitiu manter o VSC no caminho delineado pela direção, caminho esse que consiste no saneamento financeiro e consequente independência na gestão.

Neste exercício, e bem refletida nas suas demonstrações financeiras, está o ecletismo do VSC.

As escolinhas de futebol e as inúmeras modalidades desportivas que o VSC comporta voltaram a ser o cerne da atividade do clube.

Também a exploração das piscinas, tem um enquadramento muito importante no que se pretende que seja a relevância do Clube no quotidiano da cidade e nos vimaranenses.

O investimento na pluridisciplinaridade permitiu manter o VSC, como uma instituição presente em quase todas as vertentes desportivas e culturais da região, continuando com um número de praticantes que a todos orgulha.

Análise das demonstrações financeiras

No que diz respeito aos movimentos de gastos e proveitos salientam-se os seguintes fatos:

- Diminuição dos rendimentos em cerca de 270.000€, consequência da diminuição não só, do valor relativo a cobrança de quotas, mas também á importante redução do valor a receber da SAD em contrapartida da cedência de pessoal.
- Por seu lado os outros rendimentos e ganhos aumentaram cerca de 30.000€, variação essa, influenciada pelo donativo efetuado pela SAD, ao abrigo do protocolo em vigor entre as duas entidades.
- Nas rubricas de FSE's, gastos com pessoal e outros gastos verificou-se uma poupança de cerca de 400.000€, na sua maior parte influenciada pelas contas que refletem a diminuição do valor da quotização entregue á SAD, os serviços especializados e gastos com o pessoal, refletindo esta, a reestruturação que iniciada no exercício anterior.
- Também nos outros gastos se verificaram melhorias devido á melhor performance fiscal.
- As depreciações mantiveram-se no patamar previsto, enquanto, os juros suportados diminuíram cerca de 50.000€ em relação ao exercício anterior, espelhando a evolução do pagamento gradual da dívida.
- Por tudo isto, o resultado líquido foi negativo em cerca de 254.000 €, tendo-se no entanto criado e libertado liquidez num valor próximo dos 600.000 €.

Posto isto, interessa analisar as consequências do exercício em termos de balanço do clube.

O valor do ativo diminuiu cerca de 3 500 000 € em consequência da depreciação dos ativos tangíveis (imobilizado), e também pela diminuição do valor de suprimentos que o clube detém no VSC, futebol SAD. O valor do ativo é agora de 36.059.879,27€.

Por seu lado o passivo também diminuiu. O valor do decréscimo do passivo foi de cerca de 1.750.000€. Para esta descida contribuíram significativamente a rubrica de fornecedores, financiamentos obtidos e outras contas a pagar. O Valor do passivo é agora de 10.830.525,55€.

Consolidando os resultados líquidos nos fundos patrimoniais, verifica-se que a situação líquida do VSC é de cerca de 25.229.353,72€.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido negativo de 254.237,71€ seja transferido para a conta de resultados transitados.

Considerações Finais

Consideramos que o presente relatório e contas é suficientemente claro para que todos os associados do Clube encontrem nele o conhecimento pleno da vida do Vitória, tanto no plano desportivo, como no plano financeiro e económico. A Direção aproveita para expressar uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e agradecer a todos quantos, de forma direta ou indireta, cooperaram com o Vitória Sport Clube.

Apresentam-se de seguida, as demonstrações financeiras e respetivos anexos relativos à época de 2015/2016.

Guimarães, 14 de setembro de 2016

A Direção

Futebol Formação

O Futebol de Formação do **Vitoria Sport Clube** alberga os escalões de benjamins e traquinas, jogadores nascidos entre 2005-2007.

Na época 2015/2016, ficaram foram distribuídos em 2 equipas de benjamins A, 2 equipas de benjamins B e 1 equipa de benjamins C. Estes jogadores disputaram os respetivos campeonatos distritais da AF Braga e em 5, e sagram-se CAMPEÃS REGIONAIS.

Participaram ainda em diversos Torneios. A saber:

- Int. Soccer Championship
- Esposende Cup
- Ribeirão Cup
- Mundialito Cesaz
- Taipas Cup
- Capitao Cup
- kids Master Champions
- Torneio Int. de Ourense – Espanha



Aos cerca de 80 jogadores das equipas federadas, juntam-se os 160 atletas não federados da Escolinha “Os Afonsinhos”.



Modalidades Desportivas Não-Profissionais

O Vitória Sport Clube mantém um desenvolvimento sustentado das suas modalidades amadoras, tentando a cada época, ultrapassar novas dificuldades que são surgindo. Mais uma vez a direção do clube, juntamente com os vários diretores de cada modalidade, mantiveram em funcionamento todas as secções, permitindo desenrolar as suas funções com a maior normalidade possível.

Foram feitos melhoramentos no Pavilhão do VSC, aquando da realização da Taça Davis em Guimarães, que permitiram às modalidades de Voleibol e Basquetebol melhores condições para treino e trabalho de secretariado.

As alterações introduzidas no Departamento de Transportes permitiram assegurar mais de 90% das necessidades dos mais de 800 atletas das varias modalidades do VSC.

No que diz respeito ao dia-a-dia do departamento, bem como à parte operacional, o Departamento contou com um Departamento médico totalmente disponível e adaptado à realidade das modalidades, contando com três fisioterapeutas e um médico, tendo acompanhado as várias modalidades nos seus jogos, ao fim de semana.

Desportivamente o Vitória presenteou os sócios com quatro títulos Europeus, várias participações em provas internacionais, títulos Nacionais e Regionais, nas suas várias modalidades. O principal destaque vai para o Rui Bragança e para o Manuel Mendes que foram os primeiros atletas do VSC, na sua longa história de 93 anos, a conseguir um apuramento para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, respetivamente na modalidade de Taekwondo na categoria de pesos olímpicos -68kg e na Maratona da categoria T46.

Basquetebol

Começando pela equipa Sénior Masculina, esta é constituída por 14 atletas Seniores e 2 Sub 18. Destes 16 atletas, 5 são de Guimarães. Em outubro, começou o VIII Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol, o qual após ter finalizado a fase regular em 8º lugar, passou para o Grupo B da 2ª Fase. Nesta fase, o VSC terminou em 1º lugar e chegou aos ¼ de Final dos Playoffs onde foi derrotado pelo FC Porto. Na LXVII Taça de Portugal, não conseguiu passar à Final da mesma, sendo derrotado na Meia-Final pelo SL Benfica.



Este ano, o VSC voltou a formar uma equipa Sénior B Masculina, a qual é constituída por 11 atletas Seniores e 2 Sub 18. Esta equipa participou no III Campeonato Nacional 1ª Divisão, classificando-se em 5º lugar do Grupo Norte. De seguida, entrou na II Taça Nacional Seniores Masculinos, onde finalizou em 2º Lugar do grupo.

Relativamente à equipa Sénior Feminina, esta é composta por 10 atletas seniores e 6 atletas juniores, sendo 14 delas de Guimarães. Esta equipa participou no XLIX Campeonato Nacional II Divisão Feminina, classificando-se em 1º lugar da Zona Norte. Sendo assim, esta passou à fase final da prova e conseguiu o feito histórico na modalidade, a Subida à I Divisão, sagrando-se Vice-Campeã Nacional.

Os Sub 18 masculinos são constituídos por 17 atletas e participaram no Campeonato Distrital, classificando-se em 4º Lugar. De seguida, iniciou-se o Torneio Interassociações, onde se classificaram em 3º lugar na 1ª Fase, e atualmente encontram-se em 2º Lugar da 2ª fase, ainda em competição.

Os Sub 16 Masculinos, tornaram-se Vice-Campeões Distritais. Constituídos por 25 atletas, esta formação dividiu-se em duas formações. A Equipa A competiu na XV Taça Nacional, onde se classificou em 4º lugar da Zona Norte, não passando à próxima fase. Quanto à equipa B, esta

competiu no Torneio de Encerramento, onde se classificaram em 4º lugar da 1ª Fase. Neste momento, ambas as equipas continuam a disputar a 2ª Fase do Torneio de Encerramento. É importante também referir que 1 atleta desta equipa foi selecionado para representar a Seleção Distrital de Braga.

As Sub 16 Femininas foram Campeãs Distritais. A equipa, constituída por 15 atletas, após conquistarem o 1º lugar no Campeonato Distrital, passaram para o XXIX Campeonato Nacional Sub 16 Femininas, onde obtiveram o 8º lugar na Zona Norte. Também é importante referir que 4 atletas desta equipa foram selecionadas para representar a Seleção Distrital de Braga.

Nos Sub 14 Masculinos, a equipa é constituída por 25 atletas foi Vice-Campeã Distrital. Sendo assim, de seguida esta formação dividiu-se em duas equipas. A equipa A disputa o Torneio Interassociações, no qual ficaram em 2º Lugar da 1ª Fase e neste momento encontra-se em 1º Lugar da 2ª Fase. Enquanto isso, a equipa B disputa o Torneio de Encerramento, onde ficou em 2º lugar da 1ª Fase e agora ainda disputa a 2ª Fase. É importante também referir que 3 atletas desta equipa foram selecionados para representar a Seleção Distrital de Braga.

A equipa das Sub 14 Femininas foi Campeã Distrital. Constituída por 11 atletas, esta equipa voltou a conquistar o título de Campeã. Contudo, não conseguindo o apuramento para o Campeonato Nacional, logo de seguida participaram no Torneio Interassociações, onde se classificaram em 2º Lugar da 1ª Fase, passando à próxima fase, a qual ainda disputam. É importante salientar que 4 atletas desta equipa foram convocadas para a Seleção Distrital de Braga.

Relativamente aos Sub 12, Sub 10 e Sub 8, estes são constituídos por 40 atletas, 15 do género feminino e 25 do género masculino. No Campeonato Distrital de Sub 12, estes finalizaram em 6º lugar na fase regular, ficando apurados para a Fase Final. Também participaram em 6 Concentrações Distritais da ABB, tanto em Sub 12, como Sub 10 e em 10 Torneios Oficiais, como convidados. Além disso, organizaram o 7º Torneio de Carnaval (com a participação de 7 equipas, 1 do distrito de Braga, 5 do Distrito do Porto, 1 de Espanha).

Concluindo, o Basquetebol do Vitória SC é constituído por 174 atletas federados e representado por 15 treinadores e 13 seccionistas. Estes participaram em 7 provas Nacionais, 11 regionais e em 10 Torneios por todo o país.

Voleibol

A equipa Senior Masculina, esta é constituída por 15 atletas seniores que disputaram o Campeonato Nacional da I divisão A1 e Taça de Portugal.

Estes iniciaram a época com o Torneio do Ginásio Clube de Santo Tirso onde ficaram classificados em 3º lugar. A equipa atingiu o 7º lugar do campeonato Nacional com acesso aos play-off de apuramento para o Campeão Nacional, conseguindo chegar ao 2º play-off na respetiva época. Também atingiu os quartos-de-final da Taça de Portugal.

Este ano, o Voleibol da Vitória SC também contou com a equipa de Senior Feminino, constituída por 15 atletas, que disputaram o Campeonato Nacional da II divisão Feminina e Taça de Portugal. Esta equipa é constituída com 90% de atletas das camadas de formação do VSC. A equipa atingiu o 3º lugar na primeira fase do Campeonato Nacional, disputando assim a série dos últimos onde ficou classificada em 1º lugar. A equipa atingiu a 1ª eliminatória da Taça de Portugal.

Nos Juniores Masculinos, a equipa é constituída por 11 atletas, estes participaram no Campeonato Inter-regional onde ficaram classificados em 4º lugar tendo apurado para o Campeonato Nacional onde ficaram classificados em 5º lugar. A equipa venceu a Taça da Associação de Voleibol de Braga. A equipa foi campeã regional da Associação de Voleibol de Braga.

Nas Juniores Femininos, a equipa é constituída por 14 atletas. Participaram no Campeonato Inter-regional, onde ficaram classificadas em 12º lugar. A equipa participou no 74º Torneio da AVP onde classificou em 1º lugar na primeira fase, tendo classificado para a série dos primeiros para apuramento do campeão do Torneio AVP. A equipa foi finalista da Taça da Associação de Voleibol de Braga. A equipa irá disputar ainda o campeonato regional da Associação de Voleibol de Braga com o intuito de serem Campeãs Regionais.

Nas Juvenis Femininos, a equipa é constituída por 12 atletas. Participam no Campeonato regional onde ficaram classificadas em 3º lugar. A equipa participou no 74º Torneio da AVP onde classificou em 2º lugar na primeira fase, tendo classificado para a série dos segundos. A equipa foi campeã regional da Associação de Voleibol de Braga.

Nas Cadetes Femininos, a equipa é constituída por 15 atletas. Participaram no Campeonato Inter-regional, onde foram campeãs Inter-regionais. Nas Cadetes Femininos, a equipa participou no campeonato Nacional classificando em 2º lugar na 1ª fase tendo apurado para a fase Final 8, com o intuito de serem campeãs Nacionais. A equipa venceu a Taça da Associação de Voleibol de Braga. A equipa foi campeã regional da Associação de Voleibol de Braga.

Nas Iniciadas Femininos, a equipa é constituída por 18 atletas. Participam no Campeonato regional onde ficaram classificadas em 3º lugar. A equipa participou no 74º Torneio da AVP onde classificou em 2º lugar na primeira fase, tendo classificado para a série dos segundos.

Nos Iniciados Masculinos, a equipa foi finalista da Taça da Associação de Voleibol de Braga. A equipa é constituída por 14 atletas. Participaram no Campeonato regional, onde classificaram em 3º lugar.

Nas infantis femininos, a equipa participou no campeonato Nacional onde classificou em 6º lugar. A equipa foi finalista da Taça da Associação de Voleibol de Braga.

Nos minis B Femininos, a equipa participou no torneio 6 por 6 da Associação de Voleibol do Porto tendo classificado em 3º lugar. Nos Miceys, Minis A e Minis B, contamos com 65 atletas que participaram em Torneios de minivoleibol ao longo da época.

Todos estes atletas são enquadrados por 11 seccionistas/voluntários responsáveis por toda a logística inerente a toda a atividade, 18 técnicos e/ou monitor, que asseguram a parte técnica de todos os escalões em atividade.



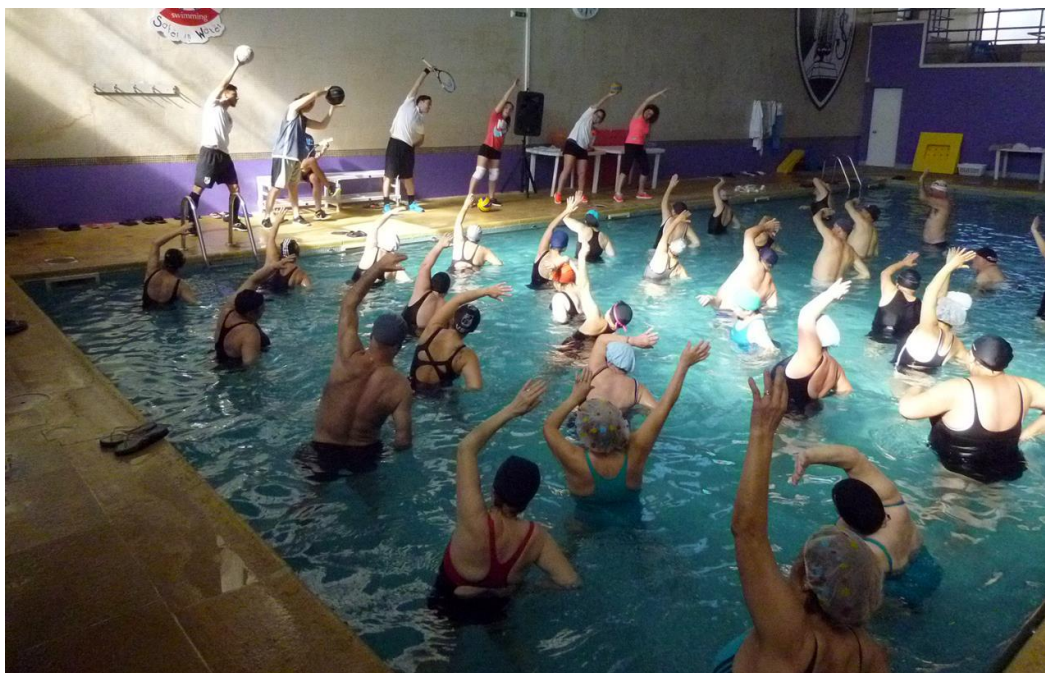
Escola de Natação do Vitoria/Piscinas

Como já é hábito, a Escola de Natação do Vitória organiza todos os anos atividades que a caracterizam no seu processo pedagógico: Dia Nacional do Pijama; Ser especial – Dia Internacional das pessoas com Deficiência; Espetáculo Aquático de Natal – “A PRETO E BRANCO”; Mês da Prevenção e Segurança no Meio Aquático”; representação da escola em encontros de natação e polo aquático da Póvoa de Varzim, Póvoa de Lanhoso e 2016 minutos a nadar.

Este ano, as atividades realizadas foram um êxito e acrescentamos a atividade “CRIANÇA ATIVA, ADULTO SAUDÁVEL!” realizada no dia mundial da ATIVIDADE FÍSICA. Esta atividade consistiu em dar oportunidade ao maior número de alunos do conselho para vivenciarem uma experiência no meio aquático. Participaram crianças de vários infantários e escolas do concelho, bem como os nossos alunos de Hidrosénior e Hidroginástica. Estiveram envolvidos na atividade mais de 400 pessoas (crianças e adultos).

A ENV começa a evidenciar as suas mais valias no ensino da natação infantil registando um aumento significativo no número de crianças e bebés que frequentam a nossa escola.

Importa também realçar os cursos intensivos de verão que, este ano, apresentaram um aumento de 1,3% no número de crianças participantes, bem como a implementação de um novo curso, denominado de “VITORIA SURF”, que deu resposta aos alunos que já frequentaram os cursos intensivos em anos anteriores, e contou com a participação de 20 crianças.



Polo Aquatico

Os Seniores no ano desportivo de 2015-2016, participaram no Campeonato Nacional da 1ª divisão tendo ficado na 5ª posição, assegurando a manutenção e a melhor classificação de sempre. Na Taça de Portugal, participaram nos oitavos de final.

Os Juniores (Sub 19) participaram no campeonato Regional de Sub 19, estando a uma jornada do final na 1ª posição em igualdade pontual com o Fluvial. Fica ainda a faltar disputar uma partida no mês de julho, bem com a Fase Final Nacional.



Os Juvenis (Sub 17) participaram no campeonato Regional de Sub 17, estando a uma jornada do final na 1ª posição em igualdade pontual com o Fluvial. Falta uma jornada. Estamos apurados para a Fase Final Nacional.

Infantis (Sub 15), a equipa de Infantis participou no Campeonato Regional de Infantis, classificando-se em 4º lugar.

Cadetes (Sub 13), os Cadetes participaram no Campeonato Regional de Cadetes Mistos, classificando-se em 3º lugar.

Organização de Torneio Sénior em junho Organização Torneio de Mini –Polo em junho, Toda as equipas vão participar no evento 2016 minutos a nadar.

O Atleta Hélder Freitas, guarda redes da equipa senior, é frequentemente chamado para participar nos jogos e estágios da Seleção Nacional de Polo Aquatico.

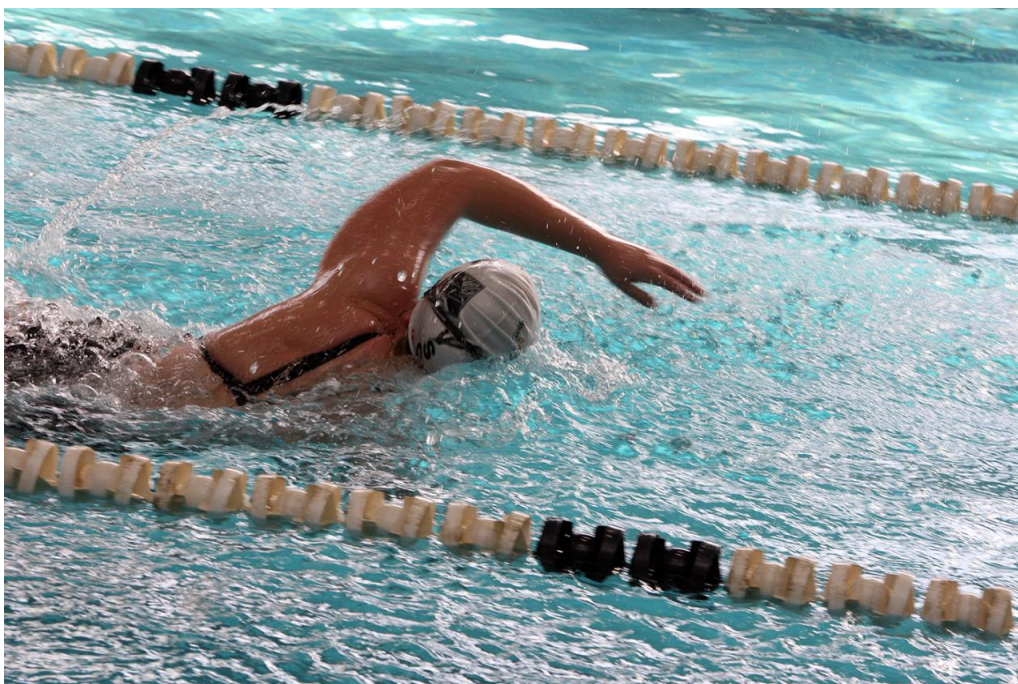
Os Atletas nas Seleções Regionais Sub 17 – José Mendes, Pedro Rodrigues, João Magalhães e António Faria Sub 15 – João Costa, João Camacho, Vasco Abreu, José Luís Ribeiro, Tiago Teixeira e Vítor Matos Sub 13 – Afonso Magalhães

Natação

A Secção de Natação conta no presente com 73 atletas, divididos por diversos escalões, tendo toda a sua atividade concentrada na piscina dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, que se encontra adjudicada ao Vitória Sport Clube através de um contrato de arrendamento.

Tem na sua formação, Pré-cadetes masculinos e femininos entre os 6 e os 9 anos (7 atletas); Cadetes masculinos entre os 10 e os 11 anos e femininos entre os 9 e os 10 anos (13 atletas); infantis masculinos entre os 12 e os 13 anos e femininos entre 11 e os 12 anos (12 atletas); juvenis femininos com 13 anos e masculinos A e B entre os 15 e os 14 anos (10 atletas); juniores masculinos entre os 16 e 17 anos e femininas entre os 15 e os 14 anos (8 atletas); seniores masculinos a partir dos 18 anos e femininos a partir dos 16 anos (2 atletas) e masters masculinos e femininos a partir dos 25 anos (19 atletas).

Na presente época os nadadores do Vitória Sport Clube arrecadaram um total de 95 pódios entre campeonatos regionais, zonais e nacionais. Em Campeonatos Nacionais foram conseguidos 19 pódios, entre os quais 6 foram de 1º lugar. Em Campeonatos Zonais foram conseguidos 5. Campeonatos Regionais foram conseguidos 72 pódios, entre os quais 20 foram de 1º lugar. Os diversos grupos da equipa de natação do Vitória Sport Clube participaram ao longo da época em 55 provas de natação, entre provas nacionais, regionais, torneios e outros eventos desportivos.



Tenis de Mesa

A secção de Ténis de Mesa, contou na época desportiva 2015/2016 com diversos escalões a competir tanto a nível regional, como nacional.

Começando pela equipa de veteranos do Vitoria Sport Clube, que participou nos Campeonatos nacionais, em singulares e pares. Participaram também no Torneio de Veteranos Tricanas Poveiras, onde o Atleta Jorge França foi o grande vencedor.

Passando para o principal escalão da modalidade, o escalão Sénior, participou no Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Honra, que decorreu entre os dias 10 de outubro e 7 de maio de 2016, onde o Vitoria obteve o honroso 9 lugar nacional. No que diz respeito à Taça de Portugal, ambas as duplas conseguiram apurar-se para a fase nacional, onde a primeira dupla foi vice-campeã nacional, e a segunda dupla obteve o 8º lugar. Por fim, na competição Regional Individual, os atletas vitorianos obtiveram diversas classificações, sempre nos 10 primeiros, sendo a melhor classificação obtida, um 4º lugar.

No escalão Júnior, a seção de Ténis de Mesa do Vitoria Sport Clube obteve brilhantes prestações com o atleta Tiago Faria a tornar-se campeão regional e o atleta Pedro Gonçalves, Vice-Campeão regional. No torneio de pares,



estes atletas uniram forças, e tornaram-se campeões regionais. A nível nacional, mais propriamente nos Torneios Nacionais que foram decorrendo durante toda a época desportiva, os atletas vitorianos obtiveram, um 1º e 2º lugar, ambos conquistados pelo atleta Tiago Faria, tendo o seu colega Pedro Gonçalves conseguido um 5º e 4º lugar consecutivos.

Por ultimo, e no que diz respeito ao escalão de Cadetes, estes participaram em diversos torneios nacionais, conseguindo notáveis prestações ao longo de todo o ano.

Boxe Olimpico

A secção de Boxe na época desportiva de 2015 esteve presente em quatro competições de carácter nacional e internacional onde obtivemos muitas vitórias nas variadíssimas competições em que participamos. A nossa secção nesta época teve treinos de competição, e também ter uma área virada para a formação de novos atletas.

A secção de Boxe iniciou a época com o atleta do Vitória Sport Clube António Sousa a vencer mais uma grande competição de Boxe realizada na cidade de Málaga, sul de Espanha por K.O no primeiro round contra o atleta local Álvaro Terrero. O atleta do Vitória não tem facilitado na preparação destas competições de Boxe em que tem participado e tem vencido combate atrás de combate estando cada vez mais motivado para os próximos desafios que tem pela frente, o responsável pela secção, Alberto Costa comenta a prestação de António Sousa, como mais uma grande vitória do Sousa contra um difícil adversário que entrou em combate muito confiante partindo para cima do nosso atleta, mas julgo que foi o erro dele uma vez que o Sousa é um dos atletas mais perigosos a trocar golpes no corpo a corpo e foi o que levou o atleta espanhol ao tapete por duas vezes logo aos trinta segundos do combate. Temos vencido praticamente todas as competições de Boxe em que vamos participando.

No mês seguinte voltamos novamente a competir além-fronteiras e desta vez na cidade de Bruxelas com O atleta do VSC António Sousa a perder num combate de Boxe que participou contra um atleta que se apresentou muito bem preparado. Sousa que após paragem de um mês não teve tempo suficiente para se preparar bem para um combate de 8 assaltos.

O treinador Alberto Costa comenta desta forma esta competição - aceitamos fazer este combate porque nunca viramos a cara a nenhum desafio, mas sabíamos bem que não íamos ter tempo para preparar o Sousa para um combate de oito assaltos o que não é brincadeira. Vendemos cara a derrota e agora só nos resta continuar a trabalhar para os próximos.

De seguida a secção de Boxe do Vitória Sport Clube esteve presente em mais uma competição da modalidade organizada pelo Clube Fluvial Portuense com os atletas Vítor Ribeiro no escalão de juniores; Domingos Teixeira e Porfírio Magalhães no escalão sénior. Os três atletas a

realizarem excelentes combates de Boxe Olímpico com bons pormenores técnicos proporcionados pelos pupilos de Alberto Costa. O atleta do Vitória Porfírio Magalhães foi o primeiro a entrar em ringue vencendo na sua estreia com a camisola do Vitória um atleta do Beira Mar terminando mesmo o combate em grande preformam-se deixando em apuros o seu oponente. Seguiu-se Domingos Teixeira que ainda bastante novo em competições fez um combate muito tático contra um atleta já muito experiente em competições com o atleta vitoriano a realizar um combate bem conseguido com o resultado final a sorrir ao seu adversário por margem mínima na pontuação. Por fim o ainda júnior Vítor Ribeiro volta a fazer das suas, contra um atleta do escalão sénior vencendo também o seu combate com uma grande exibição e muita entrega contra um atleta da cidade de Espinho. Grande preformam-se da equipa liderada por Alberto Costa que continua a fabricar grandes atletas e que uma vez mais e de forma brilhante dignificaram as cores vitorianas.

A secção terminou a época desportiva em grande com o atleta António Sousa a vencer novamente por K.O um atleta de Espanha numa grande competição realizada no pavilhão Rosa Mota, competição onde estiveram somente a competir os melhores atletas nível nacional e a equipa do Vitória novamente a brilhar numa competição da modalidade de cariz internacional.



Jiu-Jitsu

Na presente época desportiva, o Jiu-Jitsu do Vitória S.C participou em várias provas desportivas desde Nacionais a Europeus.

No campeonato nacional realizado em Lisboa no mês de dezembro conseguimos 8 campeões nacionais em diferentes categorias (participaram 11 atletas). No Torneio de Mafra em maio participaram 2 atletas tendo um sido Campeão e o outro vice-campeão nas respetivas categorias.

Em abril tivemos a participação de 1 atleta no Mundial Profissional em Abu-Dhabi tendo atingido o pódio, obtendo o 3 Lugar, medalha de Bronze.



No Europeu de Jiu-Jitsu classe GI em Lisboa em janeiro, conseguimos 3 Campeões Europeus nas respetivas categorias (participaram 4 atletas)

No Campeonato Português em abril realizado no Complexo Desportivo Casal Vistoso em Lisboa conseguimos 7 Campeões Portugueses, 5 na Classe Adulta e 2 na Classe Kids, tivemos ainda 3 Terceiros lugares na classe adulto, e 3 Vice-campeões na Classe Kids, (participaram 13 atletas tendo 13 atingido o pódio)

No Open Internacional em Roma em abril conseguimos 2 Vice-campeões de Jiu-Jitsu e 1 atleta que atingiu os quartas-de-final, (participaram 3 atletas).

Concluindo, o Jiu-Jitsu do Vitória S.C com apenas 21 meses de atividade conseguiu obter excelentes resultados obtendo vários campeões em diversos campeonatos, opens, torneios inclusive 3 Campeões Europeus e 1 Bronze no Mundial em Abu-Dhabi. Neste momento a modalidade conta com cerca de 80 atletas 6 Instrutores.

Kickboxing

A secção de Kickboxing obteve de 7 títulos regionais individuais e 4 títulos de campeões nacionais individuais. A nossa época desportiva iniciou no dia 1 de janeiro e termina 31 de dezembro com os nossos atletas a cumprirem os objetivos a que nos tínhamos proposto que para além de todos os títulos obtivemos inúmeras vitórias dentro e fora de Portugal nas variadíssimas competições em que participamos. A nossa secção está dividida entre a formação de jovens praticantes desde o escalão infantil, iniciados, juvenis e juniores e escalão de seniores femininos e masculinos e na equipa de competição que vai desde o escalão de infantis, iniciados, juvenis, juniores e seniores femininos e masculinos.

A secção de kickboxing iniciou a época desportiva no campeonato regional de Kickboxing realizado no pavilhão do Vitória com os atletas Vítor Ribeiro, Pedro Ferreira, Daniel Silva, Marcos Vieira e Pedro Gonçalves a conquistarem o título de campeões regionais e Ricardo Rodrigues, e Nuno Mendes a ficarem no segundo lugar, já Miguel Rodrigues ficou-se pelo terceiro lugar.

Na competição seguinte a secção de esteve no campeonato de Light-Kickboxing em Vermoim com uma jovem equipa de atletas, sendo todos estreantes em campeonatos regionais. Mesmo sendo estreantes venceram vários combates conquistando dois títulos de campeões regionais por Domingos Teixeira e Margarida Rodrigues dois de vice-campeões regionais por João Teixeira e Eduardo Guimarães. Diego Rodrigues e Cristophe Ferreira foram eliminados nas meias finais e Danilo Oliveira, Carlos Faria e Ana Filipa perderam nos quartos de final



A secção de Kickboxing do Vitória Sport Clube terminou a época onde esteve presente no campeonato nacional da modalidade no mês de dezembro que juntou mais de 500 participantes dos vários escalões etários de cadetes, infantis, iniciados, juvenis, juniores e seniores masculinos e femininos numa maratona de combates que decorreu no pavilhão municipal da Penha em Faro.

A final decorreu no Domingo. Onde a equipa do Vitória conseguiu conquistar mais quatro títulos nacionais individuais nos escalões de juvenis, juniores e seniores. Os quatro novos campeões Nacionais de Kickboxing são João Teixeira nos juvenis, Vítor Ribeiro Pedro Ferreira em Juniores e Daniel Silva nos seniores, já Margarida Rodrigues em juniores femininos e Domingos Teixeira em seniores classificaram-se em segundo e Terceiro lugar.

Judo

O judo do Vitória tem nos seus escalões cerca de 55 atletas.

O Vitoria participa em toda a época desportiva nos campeonatos Regionais, Locais e Nacionais de Judo, em todos os escalões etários (Juvenis, Cadetes, Juniores e Seniores). Participa também em torneios locais, regionais e nacionais para os escalões Infantis e Iniciados.

Promove a integração dos atletas com deficiência, participando nos campeonatos nacionais de Judo Adaptado para a deficiência, e nos campeonatos internacionais desta especificidade.



Nesta época desportiva a seção de judo do Vitoria Sport Clube participou nos seguintes eventos desportivos:

- Campeonato Nacional de Juvenis – Lisboa e Torneio Internacional Multicidades – Valença, que se realizou em junho 2015. Temos também o Estágio de Judo Total que se realizou em Lisboa, em julho 2015.
- Em setembro de 2015, participamos no Estágio Internacional Treinadores Judo, que se realizou em Viseu, bem como a Taça de Portugal de Judo Adaptado, que teve lugar em Águeda.
- Campeonato Zonal Seniores, realizado na Guarda, em outubro 2015
- Torneio Infantil e Juvenil Arcap que teve lugar na nossa cidade, Guimarães, em novembro 2015
- Judo para todos CAVA, que teve lugar em Vieira do Minho e o Torneio Internacional Judo Adaptado, que se realizou em Castelo Branco, no mês de dezembro de 2015
- Campeonato Zonal Cadetes, Guarda, em janeiro 2016

- No mês de fevereiro de 2016, participamos em 3 provas, nomeadamente no Campeonato Nacional Cadetes, que teve lugar em Lisboa, no Campeonato Zonal de Juniores, que se realizou na Maia, no Open Nacional de Judo Adaptado e no Torneio de Judo de Pevidém, que se realizaram ambos em Guimarães.
- Campeonato Nacional de Juniores, em Lisboa, no mês de março de 2016.
- Campeonatos Nacionais Universitários, que tiveram lugar em Lisboa, em abril 2016.
- Torneio Internacional de Barcelos, em abril 2016
- Por ultimo, no mês de maio de 2016, participamos em 3 importantes provas, tais como os Campeonatos Nacionais de Judo Adaptado, que tiveram lugar em Guimarães, no Torneio de Judo de Ronfe e por fim nos Campeonatos Zonais Juvenis, que se realizaram na Maia.

Taekwondo



A secção de Taekwondo do Vitoria Sport Clube apresenta um palmarés diverso, entre muitas conquistas Nacionais e Internacionais, pelos Atletas Rui Bragança e Nuno Costa, conseguindo mesmo o Rui Bragança tornar-se campeão europeu.

Merece natural destaque o apuramento do Rui Bragança para os jogos Olímpicos que se realizaram no Rio de Janeiro.

ATLETISMO

A época desportiva da secção de atletismo do Vitoria SC, ficou claramente marcada pelos resultados obtidos pelos seus atletas nomeadamente e em particular por Manuel Mendes, que, para além de ter conquistado o campeonato nacional de estrada dos 10km em Lisboa para desportistas inadaptados, conseguiu os mínimos na maratona do Porto, para entrada direta nos jogos Paralímpicos que se realizaram no Rio de Janeiro.

Durante a época desportiva, o numero de atletas aumentou para 30 elementos que participaram em mais de 30 provas realizadas 5 das quais internacionais, nomeadamente as meias-maratonas de Vigo Baiona, Viena de Áustria e as Maratonas de Sevilha, Viena de Áustria, Londres e Rio de Janeiro, e em Portugal nas maratonas de Lisboa e Porto, bem como em quase todas as meias-maratona de norte a sul do país, com destaque para o Porto, Lisboa, Ovar, Nazaré, Cortegaça, Viana do Castelo, Régua, Amarante, Viseu, Évora entre outras.

Parte II – Demonstrações Financeiras

Balanço

VITORIA SPORT CLUBE

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2016 e 2015

(Euro)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30-06-2016	30-06-2015
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	6.1; 9.1	32 428 297,50	33 296 520,89
Ativos intangíveis	7	0,00	1 229,09
Outros ativos financeiros	5; 8; 9.1	3 193 572,69	5 638 358,01
		35 621 870,19	38 936 107,99
Ativo Corrente			
Inventários	9.1; 10; 19	385,55	435,24
Clientes	9.1; 11	33 030,58	32 337,77
Estado e Outros entes públicos	11; 12	3 220,24	3 220,24
Outras contas a receber	9.1; 11; 14	331 510,50	336 582,40
Diferimentos	15	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4; 11	69 862,21	109 481,41
		438 009,08	482 057,06
Total do Ativo		36 059 879,27	39 418 165,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Outras reservas	16.2	14 392 550,60	14 392 550,60
Resultados transitados		-19 261 569,04	-18 229 064,93
Excedentes de revalorização	6.2; 16.1	29 838 802,51	30 482 191,28
Outras variações nos fundos patrimoniais	16.3; 18	513 807,36	679 391,14
		25 483 591,43	27 325 068,09
Resultado líquido do período		-254 237,71	-489 892,88
Total do Fundo Patrimonial		25 229 353,72	26 835 175,21
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos obtidos	11; 13	5 402 315,47	5 861 374,77
Fornecedores	11	458 859,77	753 051,44
Estado e outros entes públicos	11; 12	2 670 106,59	3 028 747,96
Outras contas a pagar	11	1 250,00	4 000,00
		8 532 531,83	9 647 174,17
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	364 438,18	476 479,85
Estado e outros entes públicos	11; 12	491 833,21	486 814,77
Financiamentos obtidos	11; 13	480 443,37	765 521,23
Outras contas a pagar	11; 14	913 054,46	1 206 939,92
Diferimentos	15	48 224,50	59,90
		2 297 993,72	2 935 815,67
Total do Passivo		10 830 525,55	12 582 989,84
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		36 059 879,27	39 418 165,05

Guimarães, 14 de setembro de 2016

A Contabilista Certificada

A Direção

Demonstrações de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 e 2015

(Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		30-06-2016	30-06-2015
Vendas e serviços prestados	5; 17.2	3 342 973,01	3 612 887,87
Subsídios à exploração	18	113 013,31	213 669,97
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.1	-241,69	-1 789,40
Fornecimentos e serviços externos	5; 19.2	-1 956 115,97	-2 122 530,20
Gastos com o pessoal	19.3	-1 001 470,51	-1 122 611,23
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.2; 19.4	45 143,07	-19 254,58
Outros rendimentos e ganhos	18; 19.5	543 249,28	509 822,53
Outros gastos e perdas	19.6	-114 457,66	-235 171,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		972 092,84	835 023,95
Gastos/reversões de depreciação e amortização	6.1; 19.7	-881 917,62	-931 722,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		90 175,22	-96 698,18
Juros e rendimentos similares obtidos	19.8	0,00	16,47
Juros e gastos similares suportados		-344 412,93	-393 211,17
Resultado antes de impostos		-254 237,71	-489 892,88
Resultado líquido do período		-254 237,71	-489 892,88

Guimarães, 14 de setembro de 2016

A Contabilista Certificada

A Direção

Anexo ao exercício 2015

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

O Vitória Sport Clube, pessoa coletiva número 501 144 013, é uma agremiação desportiva reconhecida como Instituição de Utilidade Pública Desportiva, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, conforme consta do despacho publicado no Diário da República, II Série, n.º 163 de 18 de julho de 1981, com sede na Rua Antero Henriques da Silva, Guimarães. Foi constituída em 22 de setembro de 1922, e tem como principal atividade a prática de desporto.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 - A informação das demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

3.1.1 Bases de preparação:

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, e tomando por base o custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

3.1.2 Conversão cambial:

Todos os ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, foram registados como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

3.1.3 Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos, e perdas por imparidade.

Os passes dos jogadores encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, pelo método das quotas constantes durante o período do contrato de trabalho desportivo, e perdas por imparidade.

3.1.4 Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os diplomas legais publicados para o efeito e os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 2009 (data de transição para as normas SNC), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos. Os gastos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa por via de sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção, que não a manutenção programada, são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos. As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição,

sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

Equipamentos	Anos de Vida Útil
Edifícios e Outras Construções	20 - 50
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento Administrativo	4 - 10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 - 20

Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato. Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os gastos provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros gastos operacionais.

3.1.5 Imparidade de ativos não correntes:

Os ativos não correntes que não têm uma vida útil definida não são sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização dos testes por imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada ativo. Procede-se à reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente

reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como Outros rendimentos e ganhos operacionais com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a parte ou totalidade do acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

3.1.6 Investimentos financeiros:

Os investimentos são classificados nas seguintes categorias: empréstimos concedidos e contas a receber, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. Os gestores determinam a classificação no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e reavaliam essa classificação em cada data de relato. Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transação (exceto no caso dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados). A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando a empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos ativos correntes, exceto quando a maturidade é superior a 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes. Empréstimos concedidos e contas a receber são registados na demonstração da posição financeira na rubrica outras contas a receber correntes.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em i) ativos financeiros detidos para negociação e ii) ativos designados ao justo valor através de resultados desde o seu reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objetivo de venda a curto prazo ou se as suas características levarem à sua categorização como tal pelos gestores. Os ativos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses desde a data da demonstração da posição financeira. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a empresa tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: i) a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado, ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou iii) não se enquadram nas categorias acima referidas. Estes investimentos financeiros são reconhecidos ao valor de mercado, correspondente ao valor da sua cotação em mercado ativo à data da demonstração da posição financeira. Se não existir mercado ativo, onde se transacionem estes investimentos, o seu justo valor é determinado através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transações comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente. As mais e menos valias potenciais resultantes da mensuração destes investimentos são registados diretamente na reserva de justo valor, em capitais próprios, até à sua venda, recebimento ou alienação por qualquer forma, momento em que o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido na reserva de justo valor é incluído no resultado líquido do período. Caso não exista um valor de mercado ou esse valor não seja possível de determinar, os investimentos em causa são mantidos ao seu custo de aquisição. Em cada data de relato, é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir

uma diminuição no justo valor, por um período prolongado, dos ativos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, deduzida de qualquer perda por imparidade nesse ativo financeiro anteriormente reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período. Uma perda por imparidade reconhecida relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda é revertida se essa perda tiver sido causada por eventos externos específicos, de natureza excecional, que não se espera que se repitam, mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter. Nestas circunstâncias, a reversão não afeta a demonstração dos resultados, registando-se a subsequente flutuação positiva do ativo através da reserva de justo valor.

3.1.7 Imposto sobre o rendimento:

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da demonstração da posição financeira. O imposto diferido é calculado com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser provável. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica que a transação que o originou. O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas mesmas rubricas, não afetando o resultado do período.

3.1.8 Inventários:

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas são valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

ii) Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

3.1.9 Valores a receber correntes:

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido esperado. As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber e mecanismos de cobertura de riscos de crédito existentes.

3.1.10 Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.1.11 Passivos remunerados:

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida,

utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

3.1.12 Encargos financeiros com empréstimos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projeto em causa se encontre suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.1.13 Provisões:

São reconhecidas provisões sempre que a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data da demonstração da posição financeira e das respetivas origens e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.1.14 Férias, subsídio de férias e prémios:

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 25 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Quando existam outras responsabilidades (prémios e outras gratificações), são registadas no período em que todos os Colaboradores, incluindo os membros da Administração, adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo por liquidar à data da demonstração da posição financeira relevado na rubrica de outros contas a pagar correntes.

3.1.15 Valores a pagar correntes:

Os saldos de fornecedores e outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal.

3.1.16 Subsídios:

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a empresa por investimentos efetuados em ativos imobilizados são incluídos na rubrica Outras variações nos capitais próprios, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

3.1.17 Locações:

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de Financiamentos obtidos, e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a empresa locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

3.1.18 Rédito e especialização dos exercícios:

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. Desta forma, as vendas de produtos são reconhecidas apenas quando expedidas para o cliente. As vendas são reconhecidas

líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os rendimentos relativos à prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data da demonstração da posição financeira. As receitas com dividendos são reconhecidas quando é atribuído aos sócios ou acionistas o direito de os receberem. Os rendimentos com juros são reconhecidos pelo princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o montante a receber e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade. A empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas outras contas a receber correntes e outras contas a pagar correntes.

3.1.19 Ativos e passivos contingentes:

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.20 Eventos subsequentes:

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

3.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da demonstração da posição financeira. Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

Imposto sobre o Rendimento:

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Risco de Crédito:

A empresa gere os riscos de crédito na carteira de saldos a receber através de análises de risco aquando da abertura de crédito para novos clientes e da sua revisão regular.

Pela natureza intrínseca dos seus clientes, não se encontram disponíveis de forma generalizada ratings de crédito para a carteira, que permitam a sua categorização e análise enquanto população homogénea. Desta forma, são recolhidos elementos do comportamento financeiro dos clientes através de contactos regulares, bem como através de contactos com outras entidades envolvidas na relação comercial.

Reconhecimento de provisões e imparidades:

Nos casos em que a empresa é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. As imparidades em contas a receber são calculadas

essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

4 - FLUXOS DE CAIXA:

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		JUN.16			JUN.15		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa		7.319,64		7.319,64	2.731,25		2.731,25
Depósitos bancários	62.542,57		62.542,57	106.750,16		106.750,16	163.736,11
	69.862,21		69.862,21	109.481,41		109.481,41	850.000,00
Totais		7.319,64		7.319,64	2.731,25		2.731,25

5 – PARTES RELACIONADAS:

5.1 — Relacionamentos com empresas-mãe:

Nome da empresa subsidiária: VITÓRIA SPORT CLUBE, FUTEBOL SAD

5.2 — Transações entre partes relacionadas:

Transações com as partes relacionadas	30-06-2016		
	Prestações Serviços		Outros
Empresa subsidiária	1.008.818,66		883.592,82
Totais	1.008.818,66		883.592,82

Transações com as partes relacionadas	30-06-2015		
	Prestações Serviços		Outros (FSE)
Empresa subsidiária	1.078.423,23		990.498,32
Totais	1.078.423,23		990.498,32

Os saldos com empresas relacionadas, ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes, e gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, decompõem-se como segue:

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas	2016					
	Saldos pendentes em 30-06-2016			Perdas por imparidade		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
	Cliente	Fornecedor	Outro devedor/credor	Reforços ou reversões	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa subsidiária			3.193.572,69			

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas	2015					
	Saldos pendentes em 30-06-2015			Perdas por imparidade		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
	Cliente	Fornecedor	Outro devedor/credor	Reforços ou reversões	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa subsidiária			5.638.358,01			

6 — ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

6.1 — Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edif. e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis
Vidas úteis	25-50	4-20	4-10	5-20
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

No decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, o movimento ocorrido no valor dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade, foi conforme segue:

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Em 30 de junho de 2015	Quantias brutas	9 014 780,16	45 414 243,29	1 283 687,41	0,00	358 494,95	510 156,06	56 581 361,87
	Depreciações acumuladas	0,00	-21 274 842,24	-1 181 331,81	0,00	-358 494,95	-470 171,98	-23 284 840,98
	Quantias líquidas	9 014 780,16	24 139 401,05	102 355,60	0,00	0,00	39 984,08	33 296 520,89
Adições								
Aquisições em 1.ª mão			3 737,46	5 980,36			3 976,41	13 694,23
Revalorizações								0,00
Diminuições								
Depreciações			-839 901,40	-29 218,21			-12 798,01	881 917,62
Alienações								0,00
Abates				-122 469,29		-16 079,42	-272,42	138 821,13
Alienações/Abates – Amort. Acum.				122 469,29		16 079,42	272,42	138 821,13
Em 30 de junho de 2016	Quantias brutas	9 014 780,16	45 417 980,75	1 167 198,48	0,00	342 415,53	513 860,05	56 456 234,97
	Depreciações acumuladas	0,00	-22 114 743,64	-1 088 080,73	0,00	-342 415,53	-482 697,57	-24 027 937,47
	Quantias líquidas	9 014 780,16	23 303 237,11	79 117,75	0,00	0,00	31 162,48	32 428 297,50

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Em 30 de junho de 2014	Quantias brutas	9 014 780,16	45 381 470,48	1 283 687,41	0,00	358 494,95	510 156,06	56 548 589,06
	Depreciações acumuladas		-20 394 378,38	-1 150 677,31	0,00	-356 418,15	-452 259,47	-22 353 733,31
	Quantias líquidas	9 014 780,16	24 987 092,10	133 010,10	0,00	2 076,80	57 896,59	34 194 855,75
Adições								
Aquisições em 1.ª mão			32 772,81					32 772,81
Revalorizações								0,00
Diminuições								
Depreciações			-880 463,86	-30 654,50		-2 076,80	-17 912,51	931 107,67
Alienações								0,00
Alienações – Amort. Acum.								0,00
Em 30 de junho de 2015	Quantias brutas	9 014 780,16	45 414 243,29	1 283 687,41	0,00	358 494,95	510 156,06	56 581 361,87
	Depreciações acumuladas	0,00	-21 274 842,24	-1 181 331,81	0,00	-358 494,95	-470 171,98	-23 284 840,98
	Quantias líquidas	9 014 780,16	24 139 401,05	102 355,60	0,00	0,00	39 984,08	33 296 520,89

6.2 - Para os itens do ativo fixo tangíveis expressos por quantias revalorizadas:

Ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções
Datas de eficácia das revalorizações	1992/1998	1991/1992/1998
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	DL 264/92 de 24 de novembro e DL 31/98 de 11 de fevereiro	DL 49/91 de 25 de janeiro; DL 264/92 de 24 de novembro e DL 31/98 de 11 de fevereiro

Excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Totais
Em 30 de junho de 2012	8.950.501,82	23.484.924,01	32.435.425,83
Depreciações		(655.235,47)	(655.235,47)
Em 30 de junho de 2013	8.950.501,82	22.829.688,54	31.780.190,36
Depreciações		(652.844,45)	(652.844,45)
Em 30 de junho de 2014	8.950.501,82	22.176.844,09	31.127.345,91
Depreciações		(645.154,63)	(645.154,63)
Em 30 de junho de 2015	8.950.501,82	21.531.689,46	30.482.191,28
Depreciações		(643.388,77)	(643.388,77)
Em 30 de junho de 2016	8.950.501,82	20.888.300,69	29.838.802,51

6.3 - Existências e quantias escrituradas de ativos tangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos tangíveis dados como garantia de passivos:

Ativos tangíveis cuja titularidade está restringida e/ ou dados como garantia de passivos		Ativos tangíveis dados c/ garantia de passivos	
		Forma das Garantias	Passivos garantidos
			Natureza dos Passivos
JUN-16	Prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 1379 e Prédio Rústico registado na Conservatória sob o n.º 236/050392	Hipoteca	Financiamento bancário - BES
	Prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 1583 - fração D e descrito na Conservatória sob o nº 395/20050311 e 1516/20050311	Hipoteca Legal	Dívidas fiscais – IVA Piscinas
	Estádio Desportivo; inscrito na matriz predial sob o n.º 1516 registado na conservatória sob o n-º 395	Hipoteca Voluntária	Contribuições Sociais - PEC
		Hipoteca Legal	Dívidas Fiscais - PEC

7 – ATIVOS INTANGÍVEIS:

7.1 – Divulgações sobre ativos fixos intangíveis:

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Programas de Computador
Finitas	Vidas úteis	3
	Métodos de amortização	Quotas Constantes

No decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, o movimento ocorrido no valor dos Ativos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade, foi conforme segue:

Ativos Intangíveis		Programas de Computador	Totais
Em 30-06-2015	Quantias brutas escrituradas	3.164,88	3.164,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.935,79)	(1.935,79)
	Quantias líquidas escrituradas	1.229,09	1.229,09
Adições			
Aquisições em 1º Mão			0,00
Revalorizações			
Diminuições			
Depreciações		0,00	0,00
Alienações / Abates		(1.843,55)	
Alienações - Amortizações Acumuladas		2.458,01	
Em 30-06-2016	Quantias brutas escrituradas	1.321,33	1.321,33
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.321,33)	(1.321,33)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00

Ativos Intangíveis		Programas de Computador	Totais
Em 30-06-2014	Quantias brutas escrituradas	1.321,33	1.321,33
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.321,33)	(1.321,33)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00
Adições			
Aquisições em 1º Mão		1.843,55	1.843,55
Revalorizações			0,00
Diminuições			(1.505.000,00)
Depreciações		(614,46)	(614,46)
Alienações / Abates			
Alienações - Amortizações Acumuladas			
Em 30-06-2015	Quantias brutas escrituradas	3.164,88	3.164,88
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.935,79)	(1.935,79)
	Quantias líquidas escrituradas	1.229,09	1.229,09

8 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO:

8.1 - Nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe que, nos termos legais, esteja dispensada de elaborar contas consolidadas:

Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas		JUN.16				
		País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período
			Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto		
Subsidiárias	VSC FUTEBOL SAD	PT	40,00%	360.000 Ações Categoria A	MEP	3.193.572,69
	Subtotais					3.193.572,69
Totais						3.193.572,69

Quantia escriturada e movimento do período método de equivalência patrimonial		Investimentos em subsidiárias	Total dos ativos
Em 01-07- 2015	Quantias brutas escrituradas		
	Efeitos decorrentes de empréstimos	5.638.358,01	5.638.358,01
	Quantias líquidas escrituradas		
Movimentos do período			
Aquisições através de concentrações empresariais			
Outras aquisições			
Parte do investidor nos resultados			
Distribuições recebidas da investida			
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos		(2.444.785,32)	(2.444.785,32)
Outros movimentos do período			
Quantia líquida escriturada final 30-06-2016		3.193.572,69	3.193.572,69

Quantia escriturada e movimento do período método de equivalência patrimonial		Investimentos em subsidiárias	Total dos ativos
Em 01-07- 2014	Quantias brutas escrituradas		
	Efeitos decorrentes de empréstimos	7.007.435,48	7.007.435,48
	Quantias líquidas escrituradas		
Movimentos do período			
Aquisições através de concentrações empresariais			
Outras aquisições			
Parte do investidor nos resultados			
Distribuições recebidas da investida			
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos		(1.368.077,47)	(1.368.077,47)
Outros movimentos do período			
Quantia líquida escriturada final 30-06-2015		5.638.358,01	5.638.358,01

9 – IMPARIDADE DE ATIVOS:

9.1 - Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade:

	JUN.16			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos fixos tangíveis	56.456.234,97	(24.027.937,47)		32.428.297,50
Ativos intangíveis	1.231,33	(1.231,33)		0,00
Investimentos financeiros	3.193.572,69			3.193.572,69
Inventários	385,55			385,55
Clientes	502.938,41		(469.907,83)	33.030,58
Outros devedores	474.828,45		(143.317,95)	331.510,50
Totais	60.629.91,40	(24.029.168,80)	(613.225,78)	35.986.796,82

	JUN.15			
	Quantias brutas	Depreciações e amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos fixos tangíveis	56.581.361,87	(23.284.840,98)		33.296.520,89
Ativos intangíveis	3.164,88	(1.935,79)		1.229,09
Investimentos financeiros	5.638.358,01			5.638.358,01
Inventários	435,24			435,24
Clientes	544.428,67		(512.090,90)	32.337,77
Outros devedores	482.860,35		(146.277,95)	336.582,40
Totais	63.250.609,02	(23.286.776,77)	(658.368,85)	39.305.463,40

9.2 - Imparidades - perdas e reversões:

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período		JUN.16			JUN.15		
		Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados			Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados		
		Aumentos	Reversões	Totais	Aumentos	Reversões	Totais
Ativo corrente	Clientes		42.183,07	42.183,07	(38.142,23)	15.010,00	(23.132,23)
	Adiantamentos a fornecedores						
	Outras contas a receber		2.960,00	2.960,00		3.877,65	3.877,65
Totais			45.143,07	45.143,07	(37.683,48)	(38.142,23)	18.887,65

10 – INVENTÁRIOS:

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias
Critérios de mensuração	Regra geral	Custo	X
		Valor realizável líquido	
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra	X
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção	
		Mão-de-obra direta	
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações	
Sistema de inventário	Inventário intermitente		X
	Inventário permanente		

10.1 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Quantias escrituradas de inventários	JUN.16			JUN.15		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	385,55		385,55	435,24		435,24
Totais	385,55		385,55	435,24		435,24

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Políticas contabilísticas:

11.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	JUN.16		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros			
Clientes	502.938,41	(469.907,83)	33.030,83
Estado e Outros Entes Públicos	3.220,24		3.220,24
Outras contas a receber	474.828,45	(143.317,95)	331.510,50
Caixa e depósitos bancários	69.862,21		69.862,21
Passivo financeiros			
Fornecedores	(823.297,95)		(823.297,95)
Estado e Outros Entes Públicos	(3.161.939,80)		(3.161.939,80)
Financiamentos obtidos	(5.882.758,84)		(5.882.758,84)
Outras contas a pagar	(914.304,46)		(914.304,46)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	JUN.15		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros			
Clientes	544.428,67	(512.090,90)	32.337,77
Estado e Outros Entes Públicos	3.220,24		3.220,24
Outras contas a receber	482.860,35	(146.277,95)	336.582,40
Caixa e depósitos bancários	109.481,41		109.481,41
Passivo financeiros			
Fornecedores	(1.229.531,29)		(1.229.531,29)
Estado e Outros Entes Públicos	(3.515.562,73)		(3.515.562,73)
Financiamentos obtidos	(6.626.896,00)		(6.626.896,00)
Outras contas a pagar	(1.210.939,92)		(1.210.939,92)

12 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS:

Em março de 2012, devido às grandes dificuldades que o clube estava a atravessar, a Direção recorreu ao Plano Extrajudicial de Consolidação – PEC, no âmbito do Decreto-Lei n.º 316/98, de 20 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/04, de 18 de agosto.

A Segurança Social autorizou a consolidação de dívidas de capital até à data de abril de 2012 através da amortização da totalidade do valor em dívida, acrescidos de juros, num prazo de 150 meses, em prestações mensais e sucessivas, sendo as primeiras 24 prestações reduzidas a metade do valor das remanescentes.

A Autoridade Tributária e Aduaneira autorizou a consolidação das dívidas de capital através da amortização da totalidade do valor em dívida, acrescidos de juros, num prazo de 150 meses, em prestações mensais e sucessivas.

Em junho de 2014, resultante de uma inspeção da Autoridade Tributária, fomos condenados a pagar o IVA liquidado, resultante das entradas dos utentes nas piscinas do Vitoria Sport Clube. Uma vez que o Vitoria Sport Clube, não concordou foi apresentada impugnação judicial das Liquidações Adicionais de IVA relativas ao período compreendido entre janeiro de 2010 e junho 2011 e das Liquidações adicionais de juros compensatórios.

O Vitoria foi citado para execução fiscal, tendo requerido o pagamento em prestações e a suspensão da execução. O pagamento foi autorizado em 24 prestações mensais e sucessivas.

Em dezembro de 2015, resultante de uma inspeção da Autoridade Tributaria, fomos condenados a pagar o IVA liquidado, resultante das entradas dos utentes nas piscinas do Vitoria Sport Clube. Uma vez que o Vitoria Sport Clube, não concordou foi apresentada impugnação judicial das Liquidações Adicionais de IVA relativas ao período compreendido entre julho a dezembro 2011 e das Liquidações adicionais de juros compensatórios. O Vitoria foi citado para execução fiscal, tendo requerido o pagamento em prestações e a suspensão da execução. O pagamento foi autorizado em 24 prestações mensais e sucessivas. Em 30 de junho de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

EOEP		30-06-2016	30-06-2015
ATIVO	IRC	3.220,24	3.220,24
	IVA		
	Outros Impostos		
	Total	3.220,24	3.220,24
PASSIVO TOTAL	Retenções de Impostos	13.236,36	17.993,37
	IVA	38.218,51	37.585,56
	Segurança Social	17.452,40	23.313,36
	PEC - Segurança Social	1.097.255,08	1.223.891,08
	PEC - Finanças	1.931.290,94	2.155.550,09
	IVA Piscinas - Finanças	24.131,50	57.229,27
	IVA Piscinas - Finanças	40.355,01	
	Total	3.161.939,80	3.515.562,73
PASSIVO CORRENTE	Retenções de Impostos	13.236,36	17.993,37
	IVA	38.218,51	37.585,56
	Segurança social	17.452,40	23.313,36
	PEC - Segurança Social	152.448,00	152.448,00
	PEC - Finanças	224.258,88	224.258,88
	IVA Piscinas - Finanças	46.219,06	31.215,60
	Total	491.833,21	486.814,77
PASSIVO NÃO CORRENTE	PEC - Segurança Social	944.807,08	1.071.443,08
	PEC - Finanças	1.707.032,06	1.931.291,21
	IVA Piscinas - Finanças	18.267,45	26.013,67
	Total	2.670.106,59	3.028.747,96

13 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva. Não existem encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos que tenham sido capitalizados.

13.1 - Desagregação do valor dos financiamentos apresentadas no balanço:

Financiamentos Obtidos	JUN.16			JUN.15		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	50.093,41	40.026,49	90.119,90	181.689,12	78.594,80	260.283,92
Descobertos bancários	0,00		0,00	100,15		100,15
Empréstimos Bancários PEC	360.000,00	5.204.113,87	5.564.113,87	438.882,00	5.571.879,89	6.010.761,89
Outros financiadores	70.349,96	158.175,11	228.25,07	144.849,96	210.900,08	355.750,04
Totais	480.443,37	5.402.315,47	5.882.758,84	765.521,23	5.861.374,77	6.626.896,00

14 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR:

Desagregação do valor das contas a receber e contas a pagar apresentadas no balanço:

Outras contas a receber	JUN.16			JUN.15		
	Quantias Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Valor liquido	Quantias Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Valor liquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	207.882,73		207.882,73	234.361,31		234.361,31
Outros devedores	265.477,02	(143.317,95)	122.159,07	248.164,43	(146.277,95)	101.886,48
Adiantamentos ao Pessoal	1.468,70		1.468,70	334,61		334,61
Totais	474.828,45	(143.317,95)	331.510,50	482.860,35	(146.277,95)	336.582,40

Outras contas a pagar		JUN.16	JUN.15
Credores por acrécimo de gastos	Remunerações a liquidar	49.747,62	99.496,04
	Juros a liquidar	2.797,30	36.045,45
	Rescisões Futebol Profissional		167.991,14
	Honorários	1.625,50	1.077,00
	Outros - Eletricidade, seguros, outros	76.560,43	53.965,87
Subtotal		130.730,85	368.234,55
Outros Credores Corrente	Credores diversos	731.564,74	774.630,91
	Pessoal	50.758,87	64.074,46
Total Outras Contas a Pagar - Passivo Corrente		913.054,46	1.206.939,92
Outras Contas a Pagar - Passivo não Corrente		1.250,00	4.000,00
Totais		914.304,46	1.210.939,92

15 – DIFERIMENTOS:

15.1 - Desagregação do valor da conta de Diferimentos apresentados no Balanço:

Gastos a reconhecer	JUN.16	JUN.15
Seguros		
Outros Diferimentos – Rendas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Rendimentos a reconhecer	JUN.16	JUN.15
Outros	48.224,50	59,90
Total	48.224,50	59,90

16 – INSTRUMENTOS DE FUNDOS PATRIMONIAIS:**16.1 - Excedentes de Revalorização:**

O movimento ocorrido na rubrica de Excedentes de Revalorização foi conforme se segue:

Excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Totais
Em 30 de junho de 2012	8.950.501,82	23.484.924,01	32.435.425,83
Depreciações		(655.235,47)	(655.235,47)
Em 30 de junho de 2013	8.950.501,82	22.829.688,54	31.780.190,36
Depreciações		(652.844,45)	(652.844,45)
Em 30 de junho de 2014	8.950.501,82	22.176.844,09	31.127.345,91
Depreciações		(645.154,63)	(645.154,63)
Em 30 de junho de 2015	8.950.501,82	21.531.689,46	30.482.191,28
Depreciações		(643.388,77)	(643.388,77)
Em 30 de junho de 2016	8.950.501,82	20.888.300,69	29.838.802,51

16.2 – Outras Reservas:

Os valores inscritos na rubrica “Outras Reservas” são referentes à realização através da venda dos ativos que tinham sido reavaliados.

16.3 - Outras Variações nos Fundos Patrimoniais:

Os valores inscritos na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” referem-se a subsídios relacionados com ativos depreciables, e como tal são reconhecidos como rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	JUN.16	
	Demonstração dos resultados	Balanço
	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio
Subsídios relacionados com ativos	165.583,78	513.807,36
Totais	165.583,78	513.807,36

17 – RÉDITO:

17.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Os réditos de prestação de serviços são reconhecidos quando realizados, independentemente do seu recebimento, e são reconhecidos pelo valor recebido ou a receber. Os serviços realizados no exercício que ainda não se encontravam faturados foram reconhecidos pelo valor a receber como rendimento no exercício e foi reconhecido o respetivo ativo em devedores por acréscimo de rendimentos.

17.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	JUN.16		JUN.15	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de bens	651,74	0,02%	2.462,78	0,001%
Prestação de serviços	3.342.321,27	99,98%	3.610.425,09	99,99%
Totais	3.342.973,01	100,00%	3.612.887,87	100,00%

18 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:

Política contabilística:

A entidade reconhece em rendimentos subsídios provenientes de reembolso de gastos que suportou na execução de cursos e projetos desenvolvidos na sua atividade.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Os subsídios obtidos no exercício, assumem todos a forma monetária com o objetivo de compensar os gastos incorridos na execução de projetos desenvolvidos, os quais se decompõem da seguinte forma:

Relação dos subsídios obtidos	Entidade concedente	Período de concessão		Quantias concedidas		
		Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Subsídios à exploração	Camara Municipal de Guimarães	01-07-2015	30-06-2016	97.701,88		97.701,88
	Federação Portuguesa de Voleibol	01-07-2015	30-06-2016	3.160,00		3.160,00
	Federação Portuguesa de Natação	01-07-2015	30-06-2016	916,11		916,11
	Outras Federações	01-07-2015	30-06-2016	212,00		212,00
	IEFP Futebol formação	01-07-2015	30-06-2016	11.023,32		11.023,32
Totais				113.013,31		113.013,31

Relação dos subsídios obtidos	Entidade concedente	Período de concessão		Quantias concedidas		
		Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Subsídios à exploração	Camara Municipal de Guimarães	01-07-2014	30-06-2015	176.569,12		176.569,12
	Federação Portuguesa de Voleibol	01-07-2014	30-06-2015	4.763,00		4.763,00
	Federação Portuguesa de Basquetebol	01-07-2014	30-06-2015	900,00		900,00
	Federação Portuguesa de Natação	01-07-2014	30-06-2015	258,08		258,08
	Outras Federações	01-07-2014	30-06-2015	594,28		594,28
	IEFP Modalidades	01-11-2014	31-10-2015	15.461,20		15.461,20
	IEFP Piscinas	01-01-2014	31-12-2015	10.400,01		10.400,01
	IEFP Futebol formação	01-01-2014	31-12-2015	4.724,28		4.724,28
Totais				213.669,97		213.669,97

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	JUN.16			
	Demonstração dos resultados		Balanço	
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)
Subsídios relacionados com ativos		165.583,78	513.807,36	
Subsídios relacionados com resultados	113.013,31			
Totais	113.013,31	165.583,78	513.807,36	

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	JUN.15			
	Demonstração dos resultados		Balanço	
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio	Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)
Subsídios relacionados com ativos		165.583,78	679.391,14	
Subsídios relacionados com resultados	213.669,97			
Totais	213.669,97	165.583,78	679.391,14	

19 – ELEMENTOS DE RENDIMENTOS, GASTOS, GANHOS E PERDAS:

19.1 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período:

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	JUN.16		JUN.15	
	Mercadorias	Totais	Mercadorias	Totais
Inventários no começo do período	435,24	435,24	5.196,66	5.196,66
Compras	192,00	192,00	1.789,40	1.789,40
Inventários no fim do período	385,55	385,55	435,24	435,24
Regularização de Existências			(4.271,02)	(4.271,02)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(241,69)	(241,69)	(1.789,40)	(1.789,40)
Totais	(241,69)	(241,69)	(1.789,40)	(1.789,40)

19.2 - Decomposição dos Fornecimentos e serviços externos:

FSE	JUN.16	JUN.15
622 Serviços especializados	504.109,73	554.325,35
6221 Trabalhos especializados	24.443,54	33.368,31
6222 Publicidade e propaganda	0,00	816,16
6223 Vigilância e segurança	2.759,00	383,09
6224 Honorários	294.154,73	387.666,82
6225 Comissões	0,00	113,33
6226 Conservação e reparação	17.141,06	13.082,21
6227 Despesas com Provas	147.150,90	112.048,30
6229 Outros	18.470,50	6.847,13
623 Materiais	46.151,24	38.700,00
6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.995,53	5.449,94
6232 Livros e documentação técnica	146,04	0,00
6233 Material de escritório	7.135,60	9.365,67
6234 Artigos para oferta	5.186,64	12.397,51
6235 Material desportivo	29.687,43	11.486,88
624 Energia e fluidos	91.102,79	112.348,77
6241 Eletricidade	26.217,35	23.536,31
6243 Água	15.623,34	22.355,45
6248 Outros Fluidos	49.262,10	66.457,01
625 Deslocações, estadas e transportes	139.122,51	160.358,82
6251 Deslocações e estadas	138.327,52	160.358,82
6253 Transportes de mercadorias	794,99	0,00
626 Serviços diversos	1.175.629,70	1.256.797,26
6261 Rendas e alugueres	141.140,19	127.140,12
6262 Comunicação	6.190,37	9.546,47
6263 Seguros	12.639,53	13.472,48
6265 Contencioso e notariado	12751,80	7.379,11
6267 Limpeza, higiene e conforto	7.681,69	6.632,85
6268 Outros serviços	995.226,12	1.092.626,23
62681 Outros FSE	2.705,44	4.449,22
6262 Protocolo – Quotização	789.889,32	885.463,87
6263 Protocolo – Pack Socio	202.631,36	202.713,14
Total FSE	1.956.115,97	2.122.530,20

19.3 - Gastos com Pessoal:

A empresa teve, em média, ao seu serviço 43 funcionários e 2 estagiários. Decomposição dos gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	JUN.16	JUN.15
Remunerações do pessoal	846.192,20	913.655,32
Encargos sobre remunerações	130.994,67	171.930,76
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	17.832,37	25.966,80
Gastos de ação social	6.451,27	10.108,35
Outros gastos com pessoal	0,00	950,00
Total	1.001.470,51	1.122.611,23

19.4 – Imparidades – perdas e reversões

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período		Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados		
		Aumentos	Reversões	Totais
Ativo corrente	Clientes		42 183,07	42 183,07
	Outros Devedores		2 960,00	2 960,00
Totais			45 143,07	45 143,07

19.5 — Decomposição de outros rendimentos e ganhos:

Outros rendimentos e ganhos	JUN.16	JUN.15
Rendimentos suplementares	15.063,39	955,59
Descontos de pronto pagamento obtidos	19,02	12.645,95
Outros	528.166,87	496.220,9
dos quais:		
Correções relativas a exercícios anteriores	11.584,93	11.325,53
Imputação de subsídios para investimentos	165.583,78	165.583,78
Outros	177.168,71	319.311,68
Totais	543.249,28	509.822,53

19.6 - Decomposição dos outros gastos e perdas:

Outros gastos e perdas	JUN.16	JUN.15
Impostos	80.319,33	99.875,20
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,01
Outros	34.138,33	135.295,80
dos quais:		
Correções relativas a exercícios anteriores	65,36	47.946,53
Donativos	0,00	19.780,20
Outros	34.072,97	67,569,07
Totais	114.457,66	235.171,01

19.7 - Gastos/reversões de depreciação e amortização:

Ativos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
JUN.16	839.901,40	29,218,21	0,00	12.798,01	881.917,62
JUN.15	880.463,86	30.654,60	2.076,80	17.912,51	931.107,67

Ativos intangíveis	Programas de computador	Totais
JUN.16	0,00	0,00
JUN.15	614,46	614,46

Gastos/reversões de depreciação e amortização	JUN.16	JUN.15
Ativos tangíveis	881.917,62	931.107,67
Ativos intangíveis	0,00	614,46
Total	881.917,62	931.722,13

19.8 - Total de rendimento de juros e total de gasto de juros:

Rendimentos e gastos de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados	JUN.16			JUN.15		
	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Diferença entre os rendimentos e os gastos de juros	Rendimentos de juros	Gastos de juros	Diferença entre os rendimentos e os gastos de juros
Ativos financeiros				16,47		16,47
Passivos financeiros		(344.412,93)	(344.412,93)		(393.211,17)	(393.211,17)
Totais		(344.412,93)	(344.412,93)	16,47	(393.211,17)	(393.194,70)

20 – MATÉRIAS AMBIENTAIS:

Descrição das bases de mensuração adotados, bem como dos métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais.

Em 30 de junho de 2016 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

21 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pela direção e autorizadas para emissão em 14 de setembro de 2016.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período

22 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:**22.1 - Processos judiciais:**

Processos fiscais reclamados

	Ano	Tipo Imposto	Valor
Processo nº 738/05,6BEBRG	1991/1994	IRC – Correções à mat. coletável	124.138,85 €
Contra Ordenação nº 600226,9/03	2000/2001	IRC/IRS/IVA	77.659,97 €
Contra Ordenação nº 600016,9/04	2002	IRC/IVA	21.767,41 €
Processo n.º 3476200604000536	2003	IRS – Juros	1.454,66€
Processo nº 195/10.0BEBRG	2004	IRC – Correções à mat. coletável	536.977,99 €
Vários Processos	2005/2006	IVA – Coimas	15.482,03€
Contra Ordenação n.º 3476201201206034667	2010	IRS	2.500,00€
Processo nº 3476201206028357*	2011	IRS	45.944,73 €
Contra Ordenação nº 3476201206031501*	2012	IVA	45.000,00 €
Contra Ordenação nº 3476201206032435*	2012	IRS	46.174,09 €
Contra Ordenação nº 3476201206030459*	2012	IRS	47.036,04 €
Processo nº 3476201206028594*	2012	IVA	9.207,01 €
Processo nº 3476201206028594*	2012	IVA	10.501,84 €

* Suspensos

Em processos idênticos anteriores já resolvidos, a decisão foi favorável ao Clube. Assim, os consultores jurídicos são de opinião que a decisão final dos processos acima identificados, não deixará de ser favorável ao clube, pelo que continuam a não ser constituídas provisões para estes processos fiscais.

Guimarães, 14 de setembro de 2016

A Contabilista Certificada

A Direção

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS A 30.06.2015

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Aplicação do Resultado Líquido do Período Outras alterações reconhecidas no capital próprio		14.392.550,60	-18.575.309,04	31.127.345,91	844.974,92	(298.910,52)	27.490.651,87
							0,00
							0,00
							0,00
			645.154,63	(645.154,63)			0,00
			(298.910,52)		(165.583,78)	298.910,52	0,00
		0,00	346.244,11	(645.154,63)	(165.583,78)	298.910,52	(165.583,78)
						(489.892,88)	(489.892,88)
						(190.982,36)	(655.476,66)
							0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO INTEGRAL OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações							0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00
							0,00
							0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014		14.392.550,60	-18.229.064,93	30.482.191,28	679.391,14	(489.892,88)	26.835.175,21

A contabilista Certificada

A Direção

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS A 30.06.2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total do Capital Próprio
		Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015		14.392.550,60	(18.229.064,93)	30.482.191,28	679.391,14	(489.892,88)	26.835.175,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações			643.388,77	(643.388,77)		489.892,88	489.892,88
Ajustamentos por impostos diferidos			(489.892,88)				0,00
Aplicação do Resultado Líquido do Período			(1.186.000,00)		(165.583,78)		(489.892,88)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	(1.032.504,11)	(643.388,77)	(165.583,78)	489.892,88	(1.351.583,78)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(254.237,71)	(254.237,71)
RESULTADO INTEGRAL						235.655,17	(1.605.821,49)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							0,00
Realizações de prémios de emissão							0,00
Distribuições							0,00
Entradas para cobertura de perdas							0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015		14.392.550,60	-19.261.569,04	29.838.802,51	513.807,36	(254.237,71)	25.229.353,72

A contabilista Certificada

A Direção

Demonstração dos Fluxos de Caixas

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 30.06.2016 e 30.06.2015

(euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		30.06.2016	30.06.2015
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		3.410.680,14	3.369.859,82
Pagamentos a fornecedores		-2.362.598,86	-2.556.064,37
Pagamentos ao pessoal		-1.014.786,10	-1.134.843,13
Caixa gerada pelas operações		33.295,18	-321.047,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-230.684,48	-73.891,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-197.389,30	-394.939,58
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-13.694,23	-32.772,81
Activos intangíveis		0,00	-1.843,55
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		1.229,09	0,00
Investimentos financeiros		1.258.785,32	1.203.493,69
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	16,47
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1.246.320,18	1.168.893,80
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-744.137,16	-336.127,72
Juros e gastos similares		-344.412,92	-393.210,67
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1.088.550,08	-729.338,39
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		-39.619,20	44.615,83
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	109.481,41	64.865,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	69.862,21	109.481,41

A contabilista Certificada

A Direção